

Estrutura fundiária e formação de mercado. Fundamentos de história econômica em Palmeiras do Tocantins.

Layane Bastos dos Santos¹, Sérgio Henrique Moura Estevão²

¹Graduada em Psicologia pela UESPI e Mestre em Psicologia pela PUC-MG. Psicóloga do IFTO, Campus Araguatins.

²Graduado em História pela UFG e Mestre em História pela UFG. Professor de História do IFTO, Campus Araguatins.

RESUMO. Trata-se de um estudo sobre a mudança da Estrutura fundiária em Palmeiras do Tocantins como fundamento para a reestruturação das cadeias produtivas, em que a organização fundiária oscilou entre tendência de distribuição das terras na livre fronteira (entre 1945 e 1964), após 1964, a Ditadura Militar promoveu a ampliação do latifúndio, ao privilegiar o modelo da grande propriedade, que receberam incentivos e privilégios. Em Palmeiras do Tocantins, após 1996 o modelo de grandes propriedades foi substituído por pequenas, através da constituição dos assentamentos, configurando uma realidade nova, aproximando-se do modelo varguista de campesinato como forma de ocupação dos “vazios nacionais” e instrumento modernizador, evento circunscrito ao grande programa da “Marcha para Oeste”. A reforma agrária vista nas últimas duas décadas, sob a forte pressão de movimentos organizados, entendemo-la como uma tentativa de correção de uma distorção histórica, desativando conflitos, mas igualmente um incremento ao setor produtivo, aumentando os ofertantes do agronegócio, mas também aumentando os demandantes da indústria rural. Propomos desvendamos a formação das estruturas de mercado, suas limitações, fatores impeditivos da formação das cadeias produtivas e a comunicação entre as já existentes. Hipotesizamos que a concentração das terras, produção do modelo latifundiário e monocultor, representou um entrave para o desenvolvimento de um mercado moderno e dinâmico na região pesquisada, fator inibidor dos negócios. Pesquisa em andamento.

Palavras-chave: Formação Econômica, Estruturas de Mercado, Cadeias Produtivas.

1. INTRODUÇÃO

Em poucos momentos da história do Brasil viu-se o fenômeno da desconcentração fundiária. A estrutura da propriedade rural no Brasil, desde o início da colonização portuguesa, caracterizou-se por uma demasiada concentração, reproduzindo uma correspondente concentração de poder em poucos grupos sociais, em que a familiocracia e as oligarquias, seria instituições fruto dessa apropriação da terra, uma sólida tradição histórica. Após o Estado Novo, 1937, inspirado nos casos prussiano, alemão e norte-americano, o governo Vargas concebeu o campesinato como instrumento de desenvolvimento e modernização, com objetivo de ocupar os “vazios nacionais”³ com projetos de colonização agrícola em todos os estados, mas confirmando-se em apenas dois: Goiás, com a CANG (Colônia Agrícola do Norte Goiano), que deu origem à cidade de Ceres, dentre outras; Mato Grosso, na cidade de Corumbá, atual Mato Grosso do Sul⁴. Mesmo após a era Vargas em 1945, seu projeto de desenvolvimento foi seguido por governos posteriores, tornando-se política de estado, como foi visto no governo de Juscelino Kubitschek com a construção de Brasília e diversas rodovias, permitindo de fato a ocupação do interior do país⁴.

Após 1964, a política econômica da ditadura militar, concertada por Antônio Delfim Neto, grande mentor dos projetos macroeconômicos, o modelo desenvolvimentista baseado nas

pequenas propriedades e no campesinato, foi substituído pelo desenvolvimento sustentado nas grandes propriedades, cujo argumento econométrico levaria em consideração os ganhos de produtividade devido à maior presença de capital-tecnologia, o que permitiria a reprodução de uma economia de escala no campo, promovendo sucessivos superávits de balança comercial por conta dos inúmeros recordes de produção primária, fator que fez o Brasil posicionar-se, em 1974, como a oitava economia do mundo⁶. A opção pela produção rural intensiva de capital promoveu uma crescente demanda pela indústria por conta da mecanização do campo, provocando a segunda revolução industrial brasileira e criando expectativas quanto à substituição da plataforma industrial brasileira: trilhar a microeletrônica ou consolidar a indústria pesada era o dilema da política econômica da época, que provam o ótimo desempenho produtivo permitido pela economia rural⁷.

Contudo, o progresso da década de 1970, associado à Ditadura Militar, à medida que escolheu a grande propriedade, confirmando o apoio das oligarquias, base sócio-política do latifúndio, marginalizou o campesinato de modo muito evidente ao promover perseguições sob a acusação de subversão e comunismo⁸. Desmantelada, a “via campesina” foi abandonada, mas os problemas do acesso à terra não foram sanados, explodindo em diversos conflitos à medida que a ditadura militar demonstrava seus limites finais com o processo de abertura lenta, segura e gradual.

O município pesquisado, que compõe a região do Bico do Papagaio, a estrutura fundiária concentrou-se já na década de 1950 e 1960, com o processo de Aforamento de terras, fenômeno analisado na Câmara de vereadores de Tocantinópolis, através da atuação do vereador Raimundo Neiva de Carvalho, representante dos interesses do povoado Mosquito, antigo topônimo de Palmeiras do Tocantins. Na década de 1970 ocorre uma frente pioneira, que identificamos como a consolidação das grandes propriedades rurais em caráter de empresa moderna não camponesa, mas com relações de trabalho pré-modernas.

Na década de 1990 muitas das grandes fazendas tornaram-se ociosas, improdutivas, grande capital imobilizado (ótica dos proprietários), oportunidades de desapropriação e reforma agrária (ótica dos posseiros e INCRA, bem como adequação legal). A distribuição de terras e a formação dos Assentamentos (1º de Janeiro, 2 de Janeiro, Destilaria e Santa Luzia) em Palmeiras do Tocantins ocorreu na segunda metade da década de 1990, seguindo um programa de reforma agrária promovido no governo de Fernando Henrique Cardoso.

A reforma agrária vista nas últimas duas décadas, assentamentos rurais sob a forte pressão de movimentos organizados, é uma tentativa de corrigir uma distorção de longo tempo, desativando conflitos, mas igualmente um incremento ao setor produtivo rural, aumentando os ofertantes do agronegócio em momento de crescente demanda mundial por alimentos, bem como aumentando os consumidores dos insumos agrícolas, criando efeito de incremento da indústria nacional.

Em Palmeiras do Tocantins encontramos síntese do fenômeno nacional exposto, o modelo de grandes propriedades rurais foi largamente substituído por pequenas propriedades de assentados após a década de 1990, pois além dos assentamentos criados pelo INCRA, mais 9 surgiram por intermédio de associações e financiamentos estaduais via Secretaria Estadual de Agricultura. Essa é uma realidade socioeconômica visivelmente nova, sem precedente dentro da tradição regional, norte do Tocantins, mas aproximando-se do modelo varguista de campesinato como instrumento modernizador do lugar, que é uma proposta da nova política econômica desenvolvimentista pós-governo Lula, que tem no estado novamente o promotor do desenvolvimento, em oposição à clara política econômica monetarista, neoliberal, assistida no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Essa pesquisa objetiva sanar uma lacuna de conhecimento a respeito da formação socioeconômica de nossa região, produzindo críticas pontuais a inadequada aplicação de políticas públicas, bem como identificar pontos difíceis da implantação de projetos de desenvolvimento direcionados. Conhecendo os fundamentos da história regional, na perspectiva da formação socioeconômica, há a possibilidade de criação de políticas públicas de desenvolvimento regional de modo mais pontual, com aplicação mais econômica dos recursos. Pesquisa histórica não limita-se a produtos certos e objetivos porque ciência teórica. Ao oferecer uma análise racional sobre os fenômenos de mudança permite a minimização dos riscos, que sempre estão presentes nessas situações⁹.

A erudição adquirida em uma pesquisa histórica, bem como a capacidade de síntese de grandes períodos comparados, permite uma visão de longo alcance, corrigindo distorções de políticas públicas e oferecendo soluções para problemas historicamente observados. No caso do antigo norte goiano, especificamente Palmeiras do Tocantins, vemos grande dificuldade de criação de cadeias produtivas, assim como dificuldade de comunicação entre as já existentes; tensão social existente entre o fosso que separa o grande capital monopolista e as constelações desarticuladas dos pequenos empreendimentos, o que vemos ser uma herança da Ditadura Militar. De ordem pragmática, a pesquisa analisa os processos de mudança econômica a partir dos conflitos sociais.

Marcado pelo conflito em torno da terra, o Bico do Papagaio, especificamente em Palmeiras do Tocantins, a pesquisa possui a seguinte ordem de questionamentos: A fronteira estava livre ou os aforamentos impediram a ocupação das terras?; Até que ponto é possível afirmar que o modelo de desenvolvimento econômico implantado no período da Ditadura Militar impediu a formação de um mercado com “capilaridade” na região do Bico do Papagaio?; Como analisar a relação entre o modelo atual de construção de assentamentos com o fenômeno anterior a 1964, momento de ocupação livre da fronteira? São proposições norteadoras ainda em aberto porque pesquisa em andamento.

Os estudos da ocupação da fronteira, em José de Sousa Martins, observam que a fronteira é o lugar da possibilidade da construção do novo, da nova sociedade, mas também é o local da reprodução da velha sociedade. No norte do Tocantins, o modelo social de herança escravocrata, senhorial, cuja base econômica está assentada na concentração fundiária, foi reproduzido largamente, para depois ser ampliado após 1964. Quando o modelo baseado na maior produtividade das grandes propriedades foi escolhido ocorreu a marginalização do camponês, iniciando uma separação social e também econômica.

O estado brasileiro, após 1.964, ao financiar a formação das grandes estruturas latifundiárias, bem como patrocinar a expansão do grande capital na região norte do país, em específico o Bico do Papagaio, além de criar a marginalização do campesinato das frentes de expansão, produz um fosso entre essas pequenas organizações produtivas intensas de trabalho e o grande capital produtivo, detentor de inversões tecnológicas, dono de performance crescente e de capacidade competitiva nos mercados interno e externo, porque trabalha com commodities.

Na estrutura social ocorreu a separação em graus muito diferenciados quanto ao desenvolvimento: uma grossa camada de camponeses vivendo em um tempo histórico marcado pela conservação do arcaísmo, mecanização ausente no sistema produtivo, conjunto de superstições e mística do imaginário característicos de sociedades pré-modernas; de outro lado, empresários modernos, agentes representantes da industrialização do campo e seu correspondente ganho ampliado, mentalidade empreendedora, infenso a comunitarismo e absolutamente adequado à dimensão legal da propriedade privada.

Na estrutura de mercado, ao produzir fosso social entre duas camadas da população, há o comprometimento de tecitura necessária para a estruturação de um mercado amplo de

comunicação através da formação de cadeias produtivas conectas. Do contrário, ocorre a capitalização da marginalização de parte da camada social pelos empreendedores modernos, através do baixo valor da mão-de-obra, além do trabalho compulsório. O desenvolvimento desigual-combinado torna-se realidade em uma economia, que se de um lado, campestre, é artesanal e de baixa competitividade, de outro, grande propriedade, trabalha com escala e inversão de grande capital. A falta de comunicação entre empreendimentos muito desiguais produz um déficit econômico por conta do isolamento dos pequenos produtores a mercados de restrição local, bem como ausência de empreendimentos intermediários capazes de fazer a arbitragem dentro da estrutura de mercado, já que trabalha-se com produtos diferentes - pequenas lavouras sazonais de baixa escala entre os pequenos produtores (mandioca, abóboras, grãos, etc) e commodities para o grande capital (gado de corte, soja e eucalipto).

No setor financeiro, essa realidade impede a necessária capitalização da parte arcaica da economia rural e sua modernização, tanto de modo direto, financiamento, quanto indireto, absorção tecnológica via produtos, Pesquisa&Desenvolvimento e métodos das multinacionais dos insumos. Essa realidade contribuiu para o desenvolvimento do modelo da grande propriedade pela incorporação das pequenas propriedades incapazes de competir e com custo de oportunidade crescente. Contudo, a baixa inserção ao sistema financeiro, a grande intensidade de mão-de-obra, a grande aderência aos mercados locais, respondendo à demanda complementar da cesta básica, faz a economia dos assentamentos produza pouca renda para as multinacionais do agronegócio, resultando em hipotético baixo vasamento econômico e mínimos gargalos tecnológicos, mas sob a pena da baixa produtividade média, produtividade marginal constante e obsolescência tecnológica como marca do subdesenvolvimento desses lugares.

A política econômica brasileira pós-1964 criou a ampla desigualdade entre os agentes produtivos da região, resultando em baixo desenvolvimento, diversos pontos de estrangulamento e dificuldade de formação de cadeias produtivas, reduzindo o mercado a um fragmentário desconexo, desorganizado, de elevado custo ordenador e de políticas públicas insuficientes e inadequadas. Nos últimos 20 anos, com a transformação do Tocantins em território da ampliação de projetos de grande escala, vemos um risco de aprofundamento do fosso produzido pela política econômica da ditadura militar.

O modelo de construção social apresentado aproxima-se muito de uma perspectiva dualista de análise, mas que na verdade, tecemos crítica. Em José Graziano encontramos subsídio para afirmar que o dualismo brasileiro, em específico o do norte do Tocantins, é falso se tratarmos como estruturas infensas, quando são interligadas, dependentes e associadas. Trata-se de um modelo de desenvolvimento desigual-combinado o que ocorreu no norte do Tocantins e em todo o Brasil, onde uma parte da sociedade torna-se expoliada para que seja possível o desenvolvimento moderno da outra. O anedotário traz na conta de Belíndia (Bélgica e Índia).

Nosso problema histórico possui livre trânsito entre os fenômenos político-sociais como um dos fundamentos compreensivos para entender as limitações de mercado, porque no processo de ocupação do norte do Tocantins – construção da região – a opção política pela concentração fundiária, de base monocultora e monopolista, permitiu auferir rendas para as grandes corporações e inibição dos pequenos empreendimentos, perdendo o efeito multiplicador da riqueza, base das economias e sociedades modernas desenvolvidas.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O método de história econômica, que prevê o trabalho com grandes agregados macroeconômicos, é uma necessidade. No entanto, em Max Weber e sua sociologia histórica,

seu método, sociologia compreensiva, encontramos suporte adequado para abarcar o objeto pretendido: contar uma história econômica com fácil intersecção com a história sociocultural, estruturas econômicas a partir de condicionantes culturais.

Em José de Sousa Martins, encontramos suporte teórico para pensarmos os processos de mudança dentro do fenômeno da ocupação da fronteira. Obedecendo à sua proposta de divisão quanto ao processo de ocupação: Frentes de expansão, geralmente ocupada por camponeses e Frentes pioneiras, que são os empresários modernos. Com uma noção mais precisa do fenômeno da ocupação da fronteira podemos elucidar diversos processos conflituosos dentro de nosso objeto.

Nossa pesquisa consiste em analisar as fontes a partir do conceitual utilizado, sob a flexão do referencial teórico proposto. Uma bibliografia será contemplada e largamente apresentada em momento de confecção textual, estado da arte, cotejada pelas fontes, orientação compreensiva porque são os vestígios históricos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A estrutura de mercado construída no norte do Tocantins, especificamente Palmeiras do Tocantins, se organizou a partir do grande capital monopolista, grandes fazendas, em associação com constelações desarticuladas de pequenos empreendimentos minifundiários, especialmente após a década de 1990. Bovinocultura, grãos-commodities, eucalipto e bicomcombustível são pautas econômicas mais ligadas às grandes propriedades, algumas, inclusive, são grandes empresas SA. No outro extremo que ilustramos, têm-se as pequenas propriedades a cultivar culturas negligenciadas, inclusive pelas políticas públicas de desenvolvimento rural, resultando em um fosso socioeconômico cujo efeito sintomático é a ausência de comunicação entre as cadeias produtivas, falta de “capilaridade” no mercado.

Em Palmeiras do Tocantins vemos a inúmera quantidade de nano-negócios, embrião do que percebemos como bases de cadeias produtivas, porque abastecedores de empresas de base agrária. Em Palmeiras do Tocantins observamos que a mudança da estrutura fundiária permitiu a mudança da funcionalidade urbana, que de lugar onde se estoca mão-de-obra para os latifúndios, desenvolvendo camponeses despossuídos e passivos, tornou-se um camponês proprietário, tomador de decisão, ator ativo dos processos produtivos e político.

6. CONCLUSÕES

A pesquisa ainda encontra-se em fase de campo, tratamento das fontes escrita e oral. A propriedade da terra tem a capacidade, como objeto histórico, de desvendar as mudanças que a sociedade faz, em seus aspectos político, mas também econômicos. Palmeiras do Tocantins surgiu enquanto povoação após a década de 1950, antigo Mosquito, quando as frentes de expansão “amansaram” a terra, depositaram trabalho construindo os fundamentos para os primeiros povoamentos definitivos, só permitidos com a construção da rodovia Belém-Brasília, momento em que os aforamentos de terras estavam demarcando muitas fazendas, produzindo o primeiro processo de monopolização da terra, fonte de ganhos simples pela espoliação de meeiros e posseiros, incluindo o trabalho compulsório, fonte de riquezas originadas nesse período, concentração de capital visível a algumas famílias proprietárias, que após a década de 1990 consolida seu status de urbanidade com a transformação do povoado Mosquito em cidade emancipada, bem como com o incremento após os sucessivos ganhos de equipamentos urbanos.

A economia municipal, construída atrelada às grandes e médias propriedades, se alterou sensivelmente com a presença dos 12 assentamentos, que oferecem novo modelo de produção

baseado na profusão de nano-negócios, mas também com o abandono das terras pelos assentados, vendendo seus títulos de posse, o que promove uma deseconomia local ao descapitalizar a região¹⁰.

6. REFERENCIAS

AMADO, Janaína. “Construindo mitos: A conquista do Oeste no Brasil e nos EUA.” In: . PIMENTEL, Sidney Valadares e AMADO, Janaína (organizadores) “Passando dos limites”. Goiânia: Ed. UFG, 1.995.

_____. “Eu quero ser pessoa: revolta camponesa e política no Brasil.” Goiânia, mimeografado, 1.986.

ARAUJO, Claudio; BONJEAN, Catherine Araujo; COMBES, Jean-Louis; MOTEL, Pascal e Combes. “Relação entre mercado de terras, crescimento econômico e insegurança fundiária explicada por um modelo a ‘geração imbricada”’. Revista de Economia Política, vol. 26, n. 04 (104), pp 575-595, outubro-dezembro/2006.

BECKER, Bertha K. “Significância contemporânea da Fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira.” In: Fronteira. Brasília, Ed. UnB, 1.988.

_____. “A Amazônia na estrutura espacial do Brasil.” In: Rev. Bras. Geog., Rio de Janeiro, 36 (2): 3-36, abril/junho, 1.974.

BORGES, Barsanulfo G. A rodovia Belém-Brasília e a integração do norte goiano. Revista de História (UNESP), Franca, v. 5, n. 2, p. 149-171, 1998.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro - O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Ipea-Inpes, 1988.

DAYRELL, Eliane Gracindo. “Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização na expansão do Oeste.” 1.975. Dissertação de Mestrado Departamento de História UFG, Goiânia.

LENHARO, Alcir. “Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste.” Campinas, Ed. Unicamp, 2ª edição, 1.986.

_____. “A Sacralização da política.”

MARTINS, José de Souza. A imigração e a crise do Brasil Agrário. São Paulo: Pioneira, 1973.

MARTINS, José de Souza. A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na “Nova República”. São Paulo, Hucitec, 1986.

_____. “FRONTEIRA – A degradação do Outro nos coinfins do humano.” São Paulo: Editora HUCITEC, 1.997.

_____. “Vida privada na Áreas de Expansão da sociedade Brasileira.” In: SCWARCZ, Lília Moritz. História da Vida Privada: contraste da intimidade contemporânea. São Paulo, Companhia das Letras, 1.998.

OLIVEIRA, Francisco de. “A economia Brasileira: crítica à razão dualista.” São Paulo, Ed. Brasiliense, cadernos do CEBRAP, 1.978.

SILVA, José Graziano da. “A modernização dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.” Rio de Janeiro, Zahar editores, 1.980.

SORJ, Bernardo. “Estado e classes sociais na Agricultura Brasileira.” Rio de Janeiro: Zahar, 1.980.

CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. “A revolta camponesa de Formoso e Trombas.” Goiânia, Ed. UFG, 1.988.

RÜSEN, Jörn. “Razão histórica – Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica.” Brasília: Ed. UnB, 1.999.

WEBER, Max. “Economia e Sociedade. Para os fundamentos da Sociologia Compreensiva.” Brasília: ed. UnB, 2.000.

_____. “A ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.” São Paulo: Ed. Martin Claret, 2.001.

Notas.

³Alcir Lenharo, 1986.

⁴DAYRELL, 1975.

⁵BIELSCHOWSKY, 1988.

⁶BORGES, 1988.

⁷SILVA, 1980.

⁸SILVA, 1980; CARNEIRO, 1988.

⁹RÜSEN, 1999.

¹⁰ARAUJO, Claudio; BONJEAN, Catherine Araujo; COMBES, Jean-Louis; MOTEL, PascaleCombes, 2006.